

Produção jornalística para a cidadania digital indígena: a rede Wayuri e os repórteres da floresta amazônica¹

Marina MAGALHÃES²
Universidade Federal do Amazonas, Parintins, AM

RESUMO

Este artigo aborda o jornalismo de resistência como estratégia net-ativista e de experimentação prática de cidadania digital, a partir do caso da Rede Wayuri. Criado em 2017, por jovens indígenas do noroeste do estado do Amazonas, o coletivo atua no combate à desinformação, na proteção das populações originárias e locais e na difusão de informações noticiosas para pontos remotos da região amazônica. Para tal, este estudo parte de uma revisão de literatura no campo da Comunicação e das Teorias das Redes Digitais, acerca dos conceitos de net-ativismo e cidadania digital. Em seguida, desenvolve uma netnografia voltada para a análise descritiva das estratégias empreendidas pelo coletivo de repórteres da floresta, com correspondentes espalhados pela bacia hidrográfica do Rio Negro, na produção de seus conteúdos.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania digital; net-ativismo; jornalismo de resistência; Rede Wayuri; Amazônia.

INTRODUÇÃO

Em tempos de discussão sobre o marco temporal das terras indígenas³, os povos originários vêm ocupando cada vez mais as plataformas digitais – redes sociais, aplicativos e afins – para defender seus territórios, proteger suas vidas e denunciar situações de ameaças, invasões e violências contra seus corpos, espaços e culturas. Ainda que vozes de diferentes etnias estejam alcançando notoriedade em redes como Facebook,

¹ Trabalho apresentado no GP Tecnologias e Culturas Digitais, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Adjunta do Curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas e Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: marinamagalhaes@msn.com.

³ A tese do Marco Temporal prevê que só devem ser demarcadas como terras indígenas aquelas ocupadas por esses povos até a data da promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988). Em junho de 2022, o julgamento havia sido suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sem previsão de nova data. Há ainda em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 490/07, que pretende transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência para as demarcações de terras indígenas, atualmente realizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Twitter, YouTube e Instagram, o processo de apropriação das tecnologias digitais por esses povos teve origem ainda nos estágios iniciais da internet.

Um desses casos mais emblemáticos surgiu no México, em 1994⁴, em que indígenas e camponeses buscavam uma gestão mais democrática do território daquele país. O Movimento Neozapatista, ou simplesmente Zapatista, ficou conhecido por vivenciar uma nova forma de conflito ao difundir, de forma pioneira, comunicados por meio da web, “conectando-se, assim, a outros movimentos sociais globais e experimentando um particular tipo de atuação conjunta com a sociedade civil internacional” (DI FELICE, 2017a, p. 150).

Desde então, populações indígenas que resistiram a séculos de colonização em diversos países, sobretudo aqueles da América Latina⁵, têm revelado uma relação cada vez mais estreita com as tecnologias digitais. No Brasil, o fenômeno vem sendo estudado por inúmeros autores ao longo dos anos (PEREIRA, 2012; MOREIRA, 2014; DI FELICE, 2017b; FRANCO, 2019; MILHOMENS, 2022; SILVA, 2022; dentre outros). Por meio das pesquisas aqui destacadas, percebe-se que mesmo em lugares onde não existem condições ideais de conectividade, a exemplo do interior do estado do Amazonas, povos de diferentes etnias desenvolvem estratégias para superar o problema dos desertos de notícias⁶, levar informações às regiões mais remotas e também fazer circular seus discursos, cosmovisões e realidades mundo afora.

Em meio a tal cenário, este estudo pretende jogar luz sobre as narrativas jornalísticas produzidas a partir das florestas, com base no caso da Rede Wayuri. O coletivo de jornalismo foi criado em 2017, por jovens indígenas do noroeste do Amazonas, com a missão de combater a desinformação e proteger as populações originárias e locais por meio da disseminação de informações noticiosas para pontos remotos da região amazônica.

Logo, como objetivos específicos, este estudo busca pensar o fenômeno a partir dos conceitos de net-ativismo e cidadania digital, realçando suas contribuições à

⁴ O movimento teve como estopim as negociações do governo mexicano para adesão ao Acordo de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá (NAFTA), sendo uma manifestação contra as negociações para o estabelecimento de um acordo de comércio entre países na América do Norte. Em 1º de janeiro de 1994 o acordo entrou em vigor e os integrantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) deram início às manifestações.

⁵ Segundo o documento *Los Pueblos Indígenas en América Latina*, existem 826 etnias na região (sendo 305 no Brasil), somando cerca de 45 milhões de pessoas ou 8% da população total da Latinoamérica. O levantamento foi apresentado em 2013 pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). (MILHOMENS, 2022).

⁶ Zonas rurais ou remotas sem cobertura midiática local (MEDEIROS, 2020).

compreensão do caso estudado para além de uma esfera meramente midiática. Ainda pretende-se analisar, de forma descritiva, as estratégias empreendidas pelo coletivo de “repórteres da floresta” na produção de suas narrativas e identificar quais entidades formam sua ecologia comunicativa.

Metodologicamente, portanto, este artigo consiste numa pesquisa do tipo exploratória, amparada em pesquisas bibliográfica (no campo da comunicação e das redes digitais) e netnográfica (quanto à presença e atuação digital) da Rede Wayuri, sobretudo no que tange às suas produções. A netnografia, ou etnografia virtual, busca preservar os detalhes das observações através da adoção de meios eletrônicos para seguir os atores, fortalecendo-se como método justamente por sua falta de receita, “sendo um artefato e não um método protocolar, é uma metodologia inseparável do contexto onde se desenvolve, sendo considerada adaptativa” (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008, p. 37).

Ao longo do percurso, optou-se por analisar, de forma descritiva, a composição e as estratégias empreendidas pelo coletivo de repórteres da floresta a partir do site oficial da Rede Wayuri e da navegação por seus perfis nas redes sociais digitais – Instagram e Youtube – e nas plataformas de *streaming* – Spotify e SoundCloud, a fim de conhecer a sua ecologia comunicativa.

Resistência indígena nos territórios digitais

Quando abordamos as questões indígenas no Brasil, importa saber, antes de tudo: de quais – e de quantos – povos estamos falando? Embora o último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha sido realizado em 2010, seus números nos ajudam a conhecer a diversidade das populações indígenas no Brasil: um universo composto por aproximadamente 900 mil pessoas, pertencentes a 305 etnias, que falam 274 idiomas distintos.

Segundo a publicação *Características gerais dos indígenas: resultados do universo* (IBGE, 2012)⁷, as estatísticas consideraram indígena a pessoa, residente ou não em terras indígenas, que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça, ou aquela que se considerava indígena pelas suas tradições, costumes, cultura, antepassados etc.

⁷ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em 20 jul. 2022.

Esses povos, hoje tratados no plural pelo reconhecimento – não sem luta – da sua diversidade, apresentam inúmeras particularidades não apenas quanto à língua, mas também em relação às crenças, costumes e inserção com o meio ambiente. Ainda se diferem, historicamente, em suas dinâmicas de interação e resistência junto aos colonizadores ou mesmo para o governo brasileiro, inserindo-se assim de modos diferentes em nossa sociedade.

Porém, em pleno século XXI, a luta pela sobrevivência indígena no Brasil, pela defesa das suas vidas e territórios, ainda vem se revelando como uma necessidade comum entre as diferentes etnias.

A posse, o usufruto e o controle efetivo da terra pelos índios têm sido reconhecidos como condição *sine qua non* para a sobrevivência dos povos indígenas. A ausência ou pouca disponibilidade de terras tem, reconhecidamente, enormes impactos sobre o cotidiano das sociedades indígenas, afetando não somente os padrões de subsistência como também dimensões de caráter simbólico no plano da etnicidade (IBGE, 2012, p.15-16).

Tal preocupação se acentuou, sobretudo, após o início da gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), quando a garantia do acesso à terra – que já havia se mostrado problemática em governos anteriores⁸ – passou a tornar-se um entrave para a política indigenista do governo brasileiro. Além disso, desde 2021, a questão dos direitos dos povos indígenas voltou a estampar as manchetes da imprensa nacional e internacional após o Supremo Tribunal Federal (STF) retomar a análise da ação jurídica do “marco temporal”, o qual defende que os indígenas só podem reivindicar terras que estiveram sob sua posse até a promulgação da Constituição de 1988.

Junto a isso, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 490/07, de autoria de Homero Pereira (PR-MT), o qual transfere do Poder Executivo – mais especificamente, da Fundação Nacional do Índio (Funai) – para o Legislativo a competência para demarcar terras indígenas.

O embate é acirrado entre setores ruralistas do agronegócio e instituições do setor que defendem essa demarcação, e os movimentos sociais indígenas e seus aliados que, mobilizados, a contestam e lutam em defesa do direito a seus territórios como direito originário dos povos indígenas (PERUZZO, 2022, p. 8).

Em meio a esse embate, os povos indígenas vêm se conectando às redes digitais com o intuito de difundir as suas lutas e sensibilizar membros das redes sociais digitais

⁸ A exemplo da construção de grandes projetos infraestruturais, principalmente em terras amazônicas, como a Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará. O projeto das obras remonta às décadas de 1970 e 1980, mas as obras foram iniciadas em 2011 e finalizadas 2016, durante a gestão da então presidenta Dilma Rousseff (PT).

de todo o mundo. Experimentam, assim, “um interessante processo de apropriação das tecnologias digitais que permite a expansão das suas territorialidades, ultrapassando as suas fronteiras geográficas” (DI FELICE; PEREIRA, 2017, p. 41).

De acordo com a Pesquisa TIC Domicílios 2020 (CETIC.BR, 2021), que analisa o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios nacionais, somente um quarto (25%) dos indígenas respondentes declarou nunca ter se conectado à internet durante a vida, independente da forma. Entre os outros 75% de indígenas conectados identificados pelo estudo, 76% afirmaram utilizar as tecnologias 3G ou 4G, enquanto 86% revelaram ter experimentado conexões via redes Wi-Fi.

Para chegar aos resultados apresentados, os dados levantados pela TIC Domicílios 2020 foram compilados e cruzados, levando em conta questões étnico-raciais, pela plataforma de telecomunicações Melhor Plano. Tal cruzamento revelou outro dado relevante: 51% dos indígenas participantes do estudo declararam nunca ter usado um computador, enquanto o smartphone foi apontado como dispositivo de conectividade mais utilizado, por 97% dos respondentes (METADE, 2021).

As estatísticas aqui destacadas, ainda que não detalhem a qualidade e a frequência de acesso à internet nos territórios indígenas, mostram a importância das tecnologias digitais para amplificar as suas ações e estratégias,

que vão desde a pauta por reconhecimento territorial, preservação de suas culturas, ineditismo e criatividade de suas ações coletivas, apropriação tecnológica de ferramentas e processos comunicacionais e mediações em espaços de representatividade no âmbito nacional e internacional (MILHOMENS, 2022, p. 19).

Logo, não podemos ignorar as potencialidades da comunicação digital para o rompimento das fronteiras territoriais, levando cada vez mais longe questões indígenas ou bandeiras de movimentos ativistas em geral. Mas, para além disso, podemos pensar a colaboração entre as populações indígenas e as tecnologias digitais a partir de uma perspectiva comunicacional não mais restrita às redes como ferramentas ou instrumentos para a difusão de suas vozes.

A internet – juntamente com tecnologias (3G, 4G, 5G) e redes de conexão Wi-Fi; plataformas digitais; aplicativos de compartilhamento de conteúdos; dispositivos de conectividade como smartphones e tablets etc. – inaugurou novos contextos conectivos reticulares, que superam a simples troca de informações característica dos modelos industriais e massivos de comunicação. Isso teria proporcionando aos indígenas, entre

outros “usuários”, uma nova forma de estar e resistir no mundo, habitando verdadeiras ecologias informativas.

Hoje comunicar significa conectar-se às redes e ecologias complexas compostas por dispositivos, interfaces, dados, corpos, circuitos, cabos, inteligência artificiais e substâncias de vários tipos. É próprio neste aspecto de um comunicar que apresenta-se como uma condição habitativa e como uma ecologia conectiva no interior da qual tudo relaciona-se e interage que encontramos a aproximação com a dimensão cosmológica e comunicativa dos povos ameríndios (DI FELICE, 2017c, p. 11).

Neste aspecto, Massimo Di Felice faz referência às práticas comunicativas transespecíficas indígenas, na qual todas as partes e as superfícies – orgânicas, materiais, vegetais etc. – comunicam-se umas com as outras. Como exemplo, o autor destaca situações em que objetos, animais e plantas interagem na dimensão do social (para os indígenas, não restrito aos humanos); ou nas práticas xamânicas de rituais como os dos povos amazônicos Yanomami, em que existe “a possibilidade do xamã poder transitar entre diversas espécies” (DI FELICE, 2017, p. 12), como planta, onça e peixe.

No tópico a seguir, abordaremos os conceitos de net-ativismo e de cidadania digital a fim de compreender, para além dos fluxos midiáticos, o caso da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas, em atuação desde 2017, às margens no Rio Negro, no Amazonas.

Net-ativismo, cidadania digital e Rede Wayuri

Não é de hoje que os povos indígenas ocupam os territórios digitais. Já citamos aqui o Movimento Zapatista, de meados dos anos 1990, como um dos marcos pioneiros de conflitualidades indígenas mediadas pelo digital. De lá para cá, percebemos a emergência de uma miríade de casos de presença digital indígena em pontos distintos da América Latina e, sobretudo, no Brasil.

Mas o ano 2020, quando a pandemia de Covid-19 atravessou o país e o mundo, merece destaque pela profusão de *lives*, podcasts, vídeos, fotografias e boletins informativos protagonizados por indígenas.

A união de forças dos povos de diversos cantos do país no mundo virtual foi fundamental para a comunicação entre profissionais da saúde e indígenas localizados nos territórios mais distantes das cidades, além de estimular a participação política, fato retratado também em um aumento de 28% de candidaturas indígenas nas eleições municipais, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (RAMOS, 2020).

A Mídia Índia, criada em 2015, no estado do Maranhão, e a Rede Wayuri, surgida em 2017, no Amazonas, são exemplos de redes de comunicação indígenas descentralizadas que vêm ganhando espaço crescente no cenário social. Esses coletivos podem ser estudados na perspectiva do net-ativismo, isto é, como mobilizações por meio das quais “as pessoas se reúnem em forma de redes de colaboração e nas redes da internet, conectando-se não apenas com outras pessoas, mas com novas formas de inteligência” (MAGALHÃES, 2021, p. 21).

Entre os tipos de inteligência aqui elencados, podemos sublinhar as redes sociais digitais – Twitter, YouTube, Facebook, Instagram etc. –, outras plataformas diversas, robôs, algoritmos, vírus de computador, aplicativos de compartilhamentos de mensagem (WhatsApp e Telegram) e geolocalização (GPS). Logo, essa rede complexa composta por diferentes entidades caracteriza o net-ativismo, que tem se revelado um aliado importante nas formas de protagonismo indígena e nas denúncias e monitoramento dos seus territórios.

Di Felice e Pereira (2017) explicam que na perspectiva indígena brasileira, experiências net-ativistas não se restringem a traduzir e dar visibilidade de saberes e culturais locais nas redes. Atualmente, também instauram um importante processo de mudança da condição habitativa desses. “Cria-se, assim, uma complexa ecologia que une reticularmente os povos envolvidos, suas culturas, seus territórios, suas biodiversidades aos circuitos informativos digitais por meio de um singular dinamismo técnico-comunicacional-habitativo” (DI FELICE; PEREIRA, 2017, p. 43)

Além do conceito de net-ativismo, que nos permite observar características como a horizontalidade das ações em rede – que podem partir de qualquer ponto conectado – e a possibilidade de participação fora dos canais tradicionais da política ou da mídia, o conceito de cidadania digital também fomenta o debate aqui proposto. A cidadania digital pode então ser entendida como “a expansão dos direitos e das formas participativas parlamentares e, portanto, como um fortalecimento, uma amplificação e uma versão mais completa da democracia (...) como o advento de um novo tipo de comum, conectado e interativo” (DI FELICE, 2020, p.15).

Podemos, a partir desses conceitos, pensar a Rede Wayuri como uma experiência net-ativista, que surge em redes compostas por humanos e não humanos e nas redes sociais digitais. Podemos também refletir sobre o caso estudado pela perspectiva da

cidadania digital, na medida em que seus atores (indígenas) e actantes (tecnológicos, territoriais etc.) revelam a transição “de formas subjetivas e humanísticas de interação e cidadania para formas digitais, algorítmicas e infoecológicas de participação e de vida” (DI FELICE, 2020, p. 181).

Ainda que o net-ativismo traga significados para além das trocas midiáticas puramente simples, não podemos ignorar a produção jornalística como uma estratégia de resistência no interior de redes net-ativistas indígenas como a Wayuri. Pena (2018) explica o jornalismo de resistência como aquele que aplica de forma prática os preceitos ligados à função social da profissão.

Em outras palavras, a resistência diz respeito à concepção mercadológica do jornalismo. Trata-se da visão da notícia como algo além da mercadoria, quebrando as limitações das rotinas produtivas e das demandas óbvias do agenciamento dos *media* tradicionais. Tal jornalismo faz do jornalista – ou, no caso, do repórter da floresta – uma peça fundamental na dinâmica da construção social da realidade (PENA, 2018).

No tópico seguinte analisamos, de forma descritiva, as estratégias empreendidas pelo coletivo jornalístico, indígena, independente, na produção de suas narrativas. Também nos interessa identificar quais entidades formam sua ecologia comunicativa, com o desafio de elencar os principais actantes que fazem parte dessa ação em rede comunicativa.

Wayuri: a rede de repórteres da Floresta Amazônica

Wayuri, em nheengatu, pode ser traduzido como “trabalho coletivo” ou “mutirão”. Nheengatu é uma das quatro línguas indígenas – entre as 274 existentes no Brasil (IBGE, 2012) – faladas na região amazônica onde surgiu o coletivo jornalístico formado por aproximadamente 30 comunicadores de diferentes etnias (Baré, Baniwa, Desana, Tariana, Tuyuka, Piratapuaia, Tukano, Wanano, Hup’dah, Yanomami e Yeba Masã).

A Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas do Rio Negro foi criada em 2017, com o objetivo de difundir informações entre as populações indígenas locais. Atualmente, produz notícias semanais e distribui conteúdos informativos para 750 comunidades, as quais vivem em terras demarcadas do Baixo ao Alto Rio Negro, no estado do Amazonas. Entre elas, incluem-se os seguintes municípios: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e

São Gabriel da Cachoeira – considerado o município mais indígena do Brasil, onde a rede fica sediada.

Esse é o espírito que nos une e fortalece: pensar e agir coletivamente! Seja no carro de som, nos áudios de zap ou pela radiofonia, o importante é manter nossos 23 povos indígenas bem informados e sem fake news!

(...) Nosso objetivo é produzir notícias para distribuir para os parentes, levando informação importante para o bem viver em nossas comunidades. Falamos de política, economia, cultura, educação, saúde, juventude, mulheres, direitos e todo tipo de pauta que faça diferença para nossa vida aqui no rio Negro⁹.

Ainda que não seja uma rede de comunicadores que produz notícias como negócio, o coletivo conta com apoios financeiros desde a sua criação, a exemplo dos recursos internacionais da Fundação Rainforest (Noruega), do Fundo Talmapais (Estados Unidos) e da União Europeia. Também recebe doações do cantor Bera Ivanishvili, natural da Geórgia, Estados Unidos, que diante dos incêndios da Floresta Amazônica, em 2019, doou cerca de R\$ 4,5 milhões à organização não-governamental (ONG) Instituto Socioambiental (ISA) (ROSA E SILVA, 2019), da qual a rede Wayuri é parceira no Programa Rio Negro.

O trabalho da Wayuri também está vinculado à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que desde 1987 atua na defesa dos direitos territoriais e culturais dos 23 povos que vivem na região. Inclusive, por intermédio da Foirn, qualquer cidadão pode apoiar o modelo de trabalho do coletivo jornalístico, por meio da chamada “Apoie a Rede Wayuri”:

“Para nos apoiar você pode doar para a campanha Rio Negro, Nós Cuidamos – da Foirn – e nos enviar um email informando que a doação é destinada aos trabalhos da Rede Wayuri. Email: redewayuri@gmail.com”¹⁰.

Na seção “De onde falamos”, do site da Rede Wayuri, é possível experimentar uma espécie de sobrevoo, em animação, da região onde o coletivo está situado. As imagens em movimento, vistas de cima e dos arredores do Rio Negro, são acompanhadas pelo seguinte texto de apresentação:

Nossa história mora na paisagem das águas e florestas da maior bacia hidrográfica de águas pretas do mundo. Aqui é floresta úmida, com muitos igapós, florestas

⁹ Apresentação da Rede Wayuri na seção “Quem somos” do site oficial do coletivo. Disponível em: <https://redewayuri.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁰ Texto extraído da seção “Apoie a Rede Wayuri”. Disponível em: <https://redewayuri.org.br/apoie-a-rede/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

alagadas, numa área de aproximadamente 13,4 milhões de hectares. Aqui é a parte mais preservada da Amazônia, na tríplice fronteira com Colômbia e Venezuela, região conhecida como Cabeça do Cachorro, no Noroeste do Brasil.

Esse imenso território é maior que 6 estados brasileiros e muitos países, como Portugal e Chile. Barcelos e São Gabriel da Cachoeira são respectivamente o segundo e o terceiro maior município em extensão territorial do Brasil, ficando atrás apenas de Altamira, no Pará.

Ao todo, nosso território abrange 12 terras indígenas: 8 terras indígenas homologadas – Alto Rio Negro, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Apapóris, Rio Tea, Uneiuxi, Yanomami (parte), 2 terras indígenas declaradas – Jurubaxi-Tea e Cué-Cué Marabitanas e 2 terras indígenas em identificação – Baixo Rio Negro I e Baixo Rio Negro II¹¹.

O site também conta com a seção “Comunicadores Wayuri”, que demonstra como funciona a descentralização do projeto por meio da distribuição de “repórteres da floresta” em áreas urbanas, rurais e nas comunidades situadas dentro das terras demarcadas do Rio Negro. Ainda assim, devido a questões logísticas da rotina de produção jornalística do coletivo, as notícias são enviadas para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde estão os editores, locutores e produtores da rede.

Entre os produtos midiáticos produzidos pelos comunicadores indígenas, merecem destaque os podcasts Wayuri, também conhecidos como áudio e boletim informativo Wayuri. O formato é uma aposta estratégica da rede desde que ela se chamava apenas Comunicadores Indígenas do Rio Negro e contava com a colaboração de 17 integrantes.

Distribuimos o áudio Wayuri através do WhatsApp e nas terras indígenas ele costuma se espalhar muito pelo compartilhamento de arquivo via Bluetooth. Estamos também nas plataformas do Soundcloud e no Spotify para que nossa voz possa ser escutada em todo o mundo. Nos siga para acompanhar semanalmente nosso trabalho!¹²

O último podcast publicado no site, em 20 de janeiro de 2022, tem como título “Wayuri especial da IV Oficina de Formação em Comunicação – Edição 103!”. Com 41 minutos e 39 segundos de duração, a mídia sonora produzida pelos comunicadores abordou desde o trabalho de enfrentamento ao Covid-19, feito pelas comunidades

¹¹ Disponível em: <https://redewayuri.org.br/de-onde-falamos/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹² Disponível em: <https://redewayuri.org.br/podcast-wayuri/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

indígenas do Noroeste amazônico, até as perdas, ameaças, desafios e soluções locais que marcaram a pandemia.¹³

É importante salientar que a distribuição de podcasts ou boletins informativos produzidos pelos indígenas também se deu por outros meios, para além dos aplicativos e plataformas de *streaming*, em pontos com pouco ou nenhum acesso à internet. Para esses lugares, os conteúdos eram salvos em *pen drives* e enviados por meio dos rios, através de barcos destinados às comunidades mais isoladas. Na sequência, os áudios eram reproduzidos em carros de som, via serviço de radiofonia pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foim) ou mesmo por meio de rádios-postes ou rádios-árvores¹⁴ – o que soma outras entidades ao elenco de atores e actantes dessa rede.

A produção jornalística da Rede Wayuri, porém, não se esgota no formato podcast. Ainda no âmbito do audiojornalismo, em 2020 foi criado o programa de rádio Papo da Maloca, transmitido ao vivo, todas as quartas-feiras, das 10h ao meio-dia, na emissora FM O Dia, de São Gabriel da Cachoeira. A iniciativa surgiu em meio à pandemia, como um projeto para levar informações sobre a Covid-19 aos povos indígenas da região. O Papo da Maloca foi financiado, inicialmente, pelo fundo Internews, sendo continuado mesmo após o fim do trabalho de divulgação sobre saúde.

“Falamos Português e também algumas das nossas línguas indígenas nesse programa, como Baniwa, Nheengatu e Tukano. Também só colocamos músicas locais e regionais, de preferência música indígena dos 23 povos do rio Negro”¹⁵.

Além da produção audiojornalística e do fortalecimento das culturas indígenas por meio da difusão musical, a Rede Wayuri também trabalha com a linguagem audiovisual. Esta, porém, não é predominante na produção midiática do coletivo, que no site anuncia pretender, em breve, implementar a TV Wayuri. A justificativa da escassez atual é a baixa qualidade do acesso à internet no interior do Amazonas – o que tem direcionado a produção para os áudios, por serem “mais leves” e facilitarem uma transmissão mais rápida das notícias.

¹³ A oficina teve como objetivo promover a construção de narrativas valorizando os saberes locais, sob orientação de Paula Sacarpin (Rádio Novelo) e Letícia Leite (Vem de Áudio - Copiô, Parente e Papo de Parente).

¹⁴ Uma espécie de gambiarra feita a partir da instalação de alto-falantes no topo de postes ou nas copas de árvores, ligados a uma caixa de som, com o objetivo de fazer as mensagens em áudio chegarem mais longe.

¹⁵ Disponível em: <https://redewayuri.org.br/papo-da-maloca/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Dentro da produção audiovisual do coletivo merece destaque, entretanto, o vídeo “Somos a Rede Wayuri!”¹⁶, com 7 minutos e 28 segundos de duração. Nele, os comunicadores indígenas do Rio Negro se apresentam em suas línguas nativas, devidamente legendadas para o português, e explicam o conceito da produção descentralizada de informação desenvolvida pelo coletivo, cujos repórteres estão espalhados “em várias comunidades da maior bacia de águas pretas do mundo”.

No vídeo em questão, também são mostradas a rotina produtiva e a divisão de trabalho do coletivo jornalístico. Em especial, do seu formato mais popular, o podcast ou boletim, como explica Plínio Baniwa:

Das calhas dos rios, os correspondentes enviam seus áudios para os locutores e editores produzirem o boletim, feito na sede de São Gabriel da Cachoeira. Distribuímos o informativo por vários meios usando o bluetooth e a Internet, com redes sociais como WhatsApp e outros aplicativos. Por isso uma das nossas principais lutas é melhorar a internet na região¹⁷.

O vídeo ainda traz uma compilação de conteúdos produzidos pela Rede Wayuri, a exemplo das coberturas audiovisuais e fotográficas das mobilizações indígenas nacionais na luta pela demarcação das terras, ou dos boletins educacionais sobre prevenção de doenças comuns naquela região amazônica, como a malária. Como tem sido usual em tempos de convergência digital, os conteúdos produzidos pela Rede Wayuri vêm sendo utilizados até por meios de comunicação tradicionais, como a Rede Globo de Televisão (Programa Profissão Repórter) (PROFISSÃO, 2019).

Em relação às redes sociais digitais, a Rede Wayuri está presente no Instagram, com 879 seguidores; YouTube, com 42 inscritos¹⁸; além das plataformas de *streaming* de áudio e/ou vídeo Spotify¹⁹ e SoundCloud²⁰. Este artigo não teve como objetivo aprofundar as análises dos perfis ou canais de cada uma dessas redes ou plataformas, cujas dinâmicas de publicação e interação devem ser analisadas com maior profundidade em estudos posteriores.

¹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jo_gFGSA25c&t=3s. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/rede.wayuri/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCETKi3DAAyYecs89nCJw24g>. Acesso em: 20 jul. 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4uOdGefml3DNMXfKI1oeRB>. Acesso em: 20 jul. 2022.

²⁰ Disponível em: <https://soundcloud.com/wayuri-audio>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Para concluir

A partir da revisão bibliográfica centrada nos conceitos apresentados (net-ativismo, cidadania digital e jornalismo de resistência) e da análise netnográfica da Rede Wayuri, conclui-se que o coletivo jornalístico independente e distribuído por parte do território amazônico apresenta traços de um movimento net-ativista. Isso se revela, a priori, na formação de redes de conexão entre humanos (repórteres) e não-humanos (redes sociais digitais, dispositivos de conectividade, tecnologia *bluetooth*, plataformas de distribuição de áudios e vídeos, aplicativos multiplataforma, *pen drives*, dentre outros).

Além disso, a rede estudada pode ser compreendida como uma experiência prática de cidadania digital, na medida em que revela uma nova morfologia ecológica e social (DI FELICE, 2020) e envolve a presença interativa da floresta amazônica. Para além dos comunicadores indígenas, as árvores, os rios, os softwares etc. colaboram para compor formas de participação e governança em territórios midiaticamente e politicamente esquecidos, longe dos canais de participação institucionais e tradicionais.

O jornalismo de resistência também se faz presente nas ações desse coletivo, sendo desenvolvido e difundido tanto por meio das plataformas digitais aqui citadas, quanto por meios analógicos nas aldeias do noroeste do Amazonas ainda não conectadas à internet. A produção de boletins em áudio, em diversos idiomas locais, ocupa um papel central na rotina produtiva desse coletivo jornalístico, cuja distribuição pode-se dar tanto digitalmente quanto analogicamente, por meio de *pen drives* que são enviados por barcos para pontos remotos da mapa e depois reproduzidos em rádios-postes ou rádios-árvores – quando não disseminados por carros de som ou via serviço de radiofonia pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foim).

Por fim, na dimensão do campo da Comunicação, espera-se que este artigo contribua para a expansão do inventário de ações net-ativistas e de cidadania digital que segue em construção e em constante atualização no Brasil. Dessa vez, a partir de um caso de resistência indígena e de uma perspectiva que *vem da floresta* – e não mais *sobre a floresta* – produzida por uma das redes indígenas que nela habitam.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Sessões do Imaginário: cinema, cultura, tecnologia da Imagem*, Ano 13, n. 20, p. 34-40. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS, 2008.

CETIC.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros. **Pesquisa TIC Domicílios, ano 2020: Relatório metodológico**. São Paulo: CGI.br, 2021.

DI FELICE, M. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2020.

DI FELICE, M. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus Editora, 2017a.

DI FELICE, M. Atopia, redes digitais e a crise das formas do habitar do Ocidente. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E. (orgs.). **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à Teoria da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2017b, p. 15-40.

DI FELICE, M. Apresentação. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E. (orgs.). **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à Teoria da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2017c, p. 9-13.

DI FELICE, M; PEREIRA, E. Formas comunicativas do habitar indígena: a digitalização da floresta e o net-ativismo nativo no Brasil. In: DI FELICE, M.; PEREIRA, E. (orgs.). **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à Teoria da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2017, p. 41-62.

FRANCO, T. C. **Ameríndios Conectados: As formas comunicativas de habitar e narrar o mundo, de acordo com as imagens dos modernos e dos Krahô**. 2019. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi: 10.11606/T.27.2019.tde-12062019-102532. Acesso em: 08 jul. 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas. Resultados do Universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.

MAGALHÃES, M. **“Nossos sonhos não cabem nas urnas”**: a crise da política e o net-ativismo. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2021.

METADE da população indígena nunca utilizou um computador. **Alma Preta**, 20 abr. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/metade-da->

populacao-indigena-nunca-utilizou-um-computador#:~:text=De%20toda%20forma%2C%20o%20contato%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgena%20com%20a,as%20conex%C3%B5es%20via%20Wi%2DFi. Acesso em: 20 jul. 2022.

MILHOMENS, L. Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: luta e resistência. In: MILHOMENS, L. (org). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022, p. 17-37.

MOREIRA, F. C. **Redes xamânicas e redes digitais**: por uma concepção ecológica de comunicação. 2014. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi: 10.11606/D.27.2014.tde-27022015-145359. Acesso em: 09 jul. 2022.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

PEREIRA, E. S. **Ciborgues indígenas@s.br**: a presença nativa no ciberespaço. São Paulo, Annablume, 2012.

PERUZZO, C. M. K. Prefácio. In: MILHOMENS, L. (org). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022, p. 6-9.

PROFISSÃO: Repórter Wayuri. **Instituto Socioambiental**, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/profissao-reporter-wayuri>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAMOS, B. D. Em meio à pandemia, internet torna-se essencial para o fortalecimento da cultura dos povos indígenas. **OPAN – Operação Amazônia Nativa**, 25 nov. 2020. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2020/11/25/em-meio-a-pandemia-internet-torna-se-essencial-para-o-fortalecimento-da-cultura-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROSA E SILVA, C. Conheça Bera, o artista que doou R\$ 4,5 milhões para a Amazônia. **Metrópoles**, 15 nov. 2019. Música. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/musica/conheca-bera-o-artista-que-dou-r-45-milhoes-para-a-amazonia>. Acesso em 10 jul. 2022.

SILVA, M. R. Movimento LGBT indígena no Instagram: net-ativismo, visibilidade e articulação. In: MILHOMENS, L. (org). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais**: reflexões necessárias. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2022, p. 153-167.